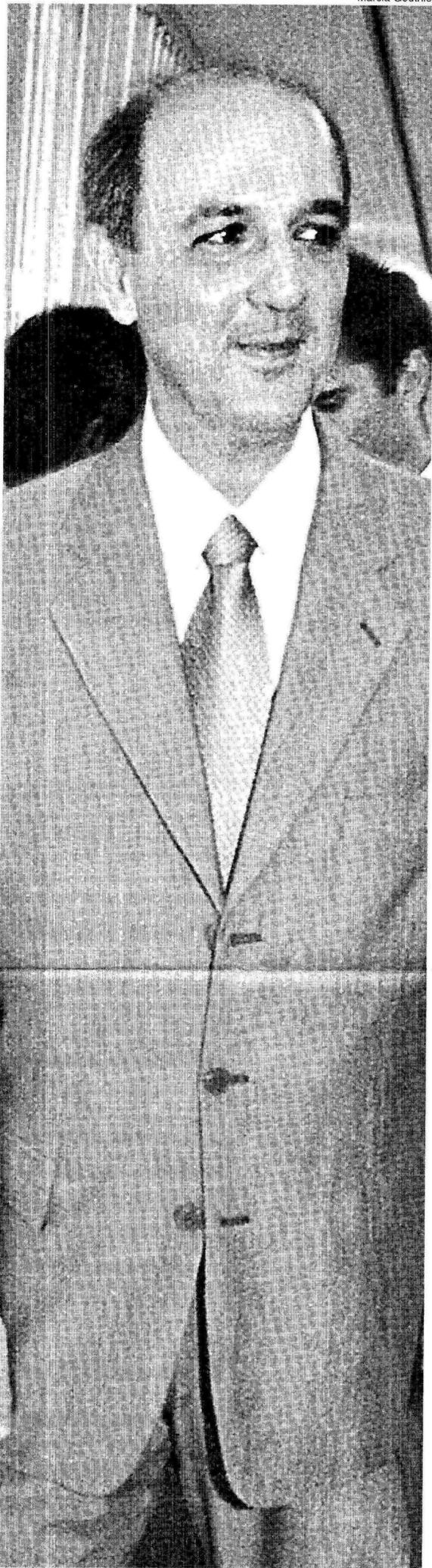


FRAUDE NO SENADO

Após acareação de mais de sete horas, Saturnino diz que relatório indicará abertura de processo

Relator pedirá cassação de senadores



Marcia Gouthier



Fernando Bizerra Jr.

“Fiz questão de usar essa frase na hora de sair (da casa de Arruda): ‘Estou saindo daqui para cumprir uma ordem’. Em momento nenhum chegou a mim como uma consulta”

Regina Célia Peres Borges



Davi Zocoll

“Esta frase, que a doutora Regina atribui a ela própria – ‘saio daqui para cumprir uma ordem’ –, não houve, nem tinha nada a ver com o teor da conversa”

“As últimas frases do diálogo eu me lembro bem; ‘Posso consultá-la em seu nome?’ O senador Antonio Carlos disse: ‘Claro, pode falar em meu nome’. Foi o que fiz”

“A doutora Regina está certa, o encontro deve ter ocorrido mesmo no dia 27”

José Roberto Arruda

MONICA WEINBERG

BRASÍLIA – Após mais de sete horas de acareação ontem, o senador Saturnino Braga, relator do Conselho de Ética do Senado, decidiu que pedirá, em seu relatório sobre o caso da violação do painel eletrônico, a cassação dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF). “Meu relatório será pela cassação dos dois senadores”, informou Saturnino Braga a dois interlocutores próximos.

Os dois senadores e a ex-diretora do Prodasen Regina Borges mantiveram ontem, durante a acareação, basicamente os mesmos argumentos que já haviam apresentado ao Conselho de Ética.

O relatório final está sendo escrito do próprio punho pelo senador Saturnino Braga. Mais da metade do relatório já foi redigida, mas o texto final somente será divulgado na próxima quinta-feira, dia 10, com a indicação da cassação de mandato dos dois senadores. Na avaliação de Saturnino, ACM e Arruda incorreram em erro comparável ao do ex-senador Luiz Estevão que, enredado em contradições sobre o desvio de verbas no caso do TRT de São Paulo, mentiu diante dos colegas.

O relatório diz que a mentira agravou a pena dos dois. Não fossem as inverdades proferidas com veemência no plenário, a avaliação do senador poderia ter cravado uma punição mais branda para os dois senadores. Saturnino não fará nenhum julgamento da participação da ex-diretora do Prodasen Regina Borges, tarefa fora de sua alçada de relator. Regina enfrentará um processo administrativo.

Há exatos sete dias debruçado sobre a tarefa de produzir um relatório sobre o caso da violação do painel, Saturnino vem sendo amparado por três assessores jurídicos do Senado. Na mesa de um deles, está o parecer sobre a cassação de Luiz Estevão, produzido pelo senador Jefferson Peres (PDT-AM), cuja argumentação em torno da quebra de decoro pode servir de inspiração para o relatório.

No caso de Estevão, o decoro foi ferido depois de mentiras consecutivas. Os assessores também estão desencavando dos arquivos o caso do bate-boca entre ACM e Jader Barbalho (PMDB-PA), ambos punidos com uma advertência pelos excessos verbais praticados no plenário. O histórico não muda o julgamento sobre o fato central, a violação do painel, mas pode servir de argumento, também, para a pena severa sugerida contra ACM, uma vez que ele já é reincidente.

Até o dia da divulgação do relatório, Saturnino e o trio de assessores vão estar trabalhando sem parar para concluir o que resta do parecer final. Nele estão contidos um relato completo dos fatos, acrescido de uma análise jurídica em que ficam evidenciados os pontos nos quais houve quebra de decoro e, finalmente, o voto do senador Saturnino Braga. No final de semana, a confecção do relatório seguirá no escritório de apartamento de Saturnino, no Rio.

Antes da acareação entre ACM, Arruda e Regina Borges, Saturnino mergulhou na leitura de documentos sobre o caso. Desde cedo os telefones de sua casa e de seu gabinete tocavam sem parar. Em sua caixa postal eletrônica, havia aparecido 161 novas mensagens nas últimas 12 horas. Tentou não mudar a rotina. Caminhou seis quilômetros, tomou um fartocafé da manhã e seguiu para uma reunião de líderes de partidos da oposição na Câmara dos Deputados, para discutir a implantação da CPI da Corrupção. Chegou ao gabinete e lá o aguardava um grupo de oito parlamentares baianos munidos de um manifesto de apoio a ACM.

O processo de cassação dos senadores só chegará ao final, em agosto, depois de um complicado processo. O texto do relator terá que ser votado pelo menos quatro vezes. Além disso, nem todos os prazos do rito de cassação são fixos. Alguns dependem de decisões políticas. Caso os senadores não renunciem aos seus mandatos, o processo obedecerá os seguintes passos:

- 1) Saturnino pede na quinta-feira o pedido de abertura de cassação;
- 2) o relatório é votado no plenário do Conselho de Ética. Para ser aprovado, são necessários pelo menos 9 dos 17 votos dos membros do conselho;
- 3) se aprovado, é enviado à mesa diretora do Senado, cujos cinco membros irão votá-los novamente;
- 4) novamente aprovado, será reenviado ao conselho e haverá novo prazo de cinco sessões para que os senadores se defendam, nova apreciação do relator e nova votação no Conselho de Ética;
- 5) Então, são necessárias mais duas votações, uma na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e outra no plenário, com a participação dos 81 senadores. Serão cassados se os votos nesse sentido ultrapassarem a 41.

“Lamento dizer que não dei nenhuma autorização para o senador Arruda nem a qualquer pessoa para tratar assunto de qualquer espécie com a doutora Regina”

“Eu tive dúvidas da veracidade daquela lista, eu nem sabia como ela tinha saído do Prodasen”

“O senador Arruda me pediu para dar uma palavra com a doutora Regina, que estava muito nervosa com esse problema da tal lista”

Antonio Carlos Magalhães